

<http://dx.doi.org/10.17648/eidea-15-1908>

## PODER E VERDADE NA POLÊMICA SOBRE O PROGRAMA “ALLIMENTO PARA TODOS”

Filipo Pires Figueira<sup>i</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende explorar uma tese de Foucault (2016) segundo a qual o discurso da Verdade investe-se de um poder tal que, em nossa sociedade, invade e regula outros discursos. Para explorá-la, elegeu-se a polêmica estabelecida na mídia entre o prefeito da cidade de São Paulo, João Doria Jr., e diversos especialistas em nutrição sobre o programa “Allimento para Todos”. Foram selecionadas notícias e notas e, a partir delas, analisou-se a imbricação entre política e ciência, com base nas considerações de Foucault e Bourdieu. A análise dividiu-se em duas partes: primeiro, constatando como Doria, no campo político, valeu-se do discurso científico para legitimar seu programa; segundo, como os especialistas deslocaram a discussão do campo político para seu encontro-limite com o científico, redefinido a discussão. Concluiu-se que não apenas o discurso científico invadiu o campo político, como retirou do debate as suas características, invalidando a proposta de Doria.

**Palavras-chave:** Discurso científico. Vontade de Verdade. Nutrição. Doria Jr.

**Abstract:** The present paper intends to explore a thesis of M. Foucault, which states that the discourse of truth has such a power, in our society, that it invades and regulates other discursivities. To explore it, we elected the polemic established in the media between nutrition specialists and the mayor of the city of São Paulo, João Doria, about the “Allimento para Todos” (Food for all) program. We selected news and notes, and analyzed the imbrication of politics and science in them, taking in consideration the work of M. Foucault and P. Bourdieu. The analysis was divided in two parts: first, we verified how Doria, at the political field, invoked the scientific discourse to legitimize the program; secondly, how the specialists displaced the debate from the political field to the scientific one. We concluded that not only the scientific discourse invaded the political field, but also removed from the polemic its characteristics, invalidating Doria’s proposal.

**Keywords:** Scientific discourse. Willingness of Truth. Nutrition. Doria Jr.

---

<sup>i</sup> Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo n. 2017/01190-9. E-mail: [figueirafp1@gmail.com](mailto:figueirafp1@gmail.com).

## Introdução

Este texto<sup>1</sup> é inspirado em uma sugestão “sorradeira” de Foucault, uma suposição que o filósofo-historiador deixou em aberto sobre o funcionamento do discurso verdadeiro (dos saberes e ciências) nas sociedades contemporâneas. Para Foucault (2016 [1970]), a *vontade de verdade* é uma das três maneiras exteriores de controle sobre a produção e circulação do discurso. Desde o “fim da retórica”, a vontade de verdade organiza a produção discursiva pela separação do discurso verdadeiro do falso. A verdade, compreendida como essa política ou regime dos enunciados científicos (FOUCAULT, 2015 [1977]), sustenta-se em um suporte institucional (a pedagogia, a economia, o sistema editorial etc.) e pela aplicação de seu saber na sociedade: como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído. É quando Foucault discute esse funcionamento duplo da vontade de verdade que se encontra a sugestão que fomenta esta análise.

Foucault observa, em uma passagem cuja importância é explicitada apenas em obras posteriores, que a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – *uma espécie de pressão* e como que um *poder de coerção*” (FOUCAULT, 2016 [1970], p. 17). Em suma, a vontade de verdade (ou o discurso verdadeiro) investe-se de um poder tal capaz de atravessar outras discursividades em nossa sociedade, que cada vez mais orientam-se em sua direção. O discurso científico, assim, invade e se impõe sobre outras discursividades, nas suas mais variadas manifestações: sustentam-me nele, de alguma maneira, a literatura, a política, a lei, o sistema penal, a gastronomia, a economia etc., ao buscarem na verdade respaldo e legitimação. É esse *poder de coerção* que pretendo discutir. Mais especificamente, como o discurso científico ocupou espaço no debate sobre um *programa político destinado à erradicação da fome*, alterando profundamente seu curso e culminando praticamente em sua inviabilização.

Em outubro de 2017, J. Doria Jr., então prefeito de São Paulo filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), provocou outra dentre as muitas polêmicas de sua curta gestão: para erradicar a fome e o desperdício de lixo na capital paulista, a prefeitura da cidade sancionou, no dia 8 de

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Prof. Sérgio Possenti pelos comentários objetivos e atenciosos sobre esse texto, bem como sua sugestão de trabalho. Uma outra abordagem sobre a mesma questão encontra-se em Possenti e Cestari (2011).

outubro de 2017, a Lei 16.704/2017 (PL 550/2016), instituindo a “Política Municipal de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos”, conjuntamente ao programa “Allimento Para Todos” (daqui em diante, APT). Esse último, entre outras coisas, promoveria a distribuição para a população carente da cidade de um produto alimentício (o *allimento*<sup>2</sup>), produzido a partir de sobras de alimentos que, em outras circunstâncias, seriam descartadas. A reação pública foi quase instantânea e bastante inflamada: nos primeiros dias, questionou-se o teor elitista da lei que promoveria uma “ração para pobres” (designação recorrente nas críticas noticiadas). Para os críticos, o programa de Doria desconsideraria a relação íntima da comida com a cultura, para além de uma necessidade fisiológica e, em consequência, estaria *ferindo a dignidade* daqueles que seriam alimentados, descaracterizando-os como sujeitos de direito.

No entanto, o teor do debate mudou bruscamente com a publicação, dois dias depois, da nota do *Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região - SP/MS* (doravante, CRN-3), em que se questionava a decisão do prefeito:

O CRN-3 se manifesta contrário à proposta, pois contraria os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como do Guia alimentar para a população brasileira, **em total desrespeito aos avanços obtidos nas últimas décadas no campo da segurança alimentar e no que tange as políticas públicas sobre as ações de combate à fome e desnutrição** (CONSELHO, grifos meus).

A nota, antes de opor-se ao estatuto propriamente político ou ideológico do programa (se seria “digno” distribuir o *allimento*), contesta-o por desrespeitar os avanços *científicos* desenvolvidos pelas disciplinas nutricionais (embasados pelos documentos citados na nota). O que se vê é que, de alguma forma, a discursividade científica considera-se *legitimada* a *questionar* a discursividade política por não ter seguido os seus princípios; em outras palavras, vê-se “funcionar” a tese de Foucault: o poder da ciência, nas sociedades contemporâneas, de invadir e impor-se sobre outros campos cujos funcionamentos, originalmente, ser-lhe-iam estranhos ou pouco pertinentes.

Nesse texto, o que pretendo é discutir esta invasão: o Poder, no sentido foucaultiano – isto é, mais que uma negatividade ou uma interdição, uma *força produtora* de corpos, práticas, discursos etc. (FOUCAULT, 2015 [1977]) –, associado ao discurso científico que permite impor-se a outros campos e

---

<sup>2</sup> Allimento, grafado assim, com dois “l”, faz referência ao nome dado à farinata por seus produtores.

disputar suas regras de funcionamento, tornando-se, por vezes, seu grande fiador. Nesse caso específico – tendo em vista que, em seguida à nota, o debate passou a se pautar não mais pela questão de classe (em termos de rico ou pobre, digno ou indigno) mas pelos valores nutricionais do alimento e pela definição do que seria “comida de verdade” –, pretende-se verificar como o debate público sobre o programa ATP, que antes fora uma discussão “classicamente” política, isto é, ideológica, assumiu um teor fortemente científico, sancionado pelos especialistas do campo da nutrição que disputaram sua legitimidade. Uma questão clássica com ares contemporâneos: a relação entre o Poder, a ciência e a sociedade.

Para realizar esta análise, ancoo minha escolha de textos na proposição de Ruth Amossy (2017) de que a mídia se tornou, de certa maneira, a praça pública contemporânea: é lá que ocorrem os debates e que se disputam as posições nas sociedades democráticas. Assim, reuni em torno de 20 notícias jornalísticas, além de três notas reivindicativas de instituições ligadas à nutrição, que formaram o arquivo de onde extraí o *corpus*. Ao final do texto, no entanto, são listados apenas os textos mencionados explicitamente, levando em conta a alta repetição de temas nos depoimentos que constituem os recortes<sup>3</sup>, em número suficiente para expor a polêmica. Neste texto, retomarei, em primeira instância, o conceito de campo político, de Bourdieu (2011) para definir o que tomarei por *política*; em seguida, analisarei as declarações de João Doria ao lançar o programa e rebater as críticas que recebeu, discutindo o papel da ciência no discurso político; por fim, abordarei os enunciados dos especialistas, que criticaram duramente o programa na esfera midiática. Com esses passos, espero ser possível desenhar satisfatoriamente o acontecimento polêmico.

## 1. O campo político e a divisão social em Bourdieu

Uma forma de compreender a complexidade da interação entre política e ciência é recorrer ao conceito de campo, de Bourdieu, e mais especificamente ao de *campo político*, visto que é o “local” de onde fala João Doria Jr, e onde foi disputada a efetividade do programa “Alimento para Todos”. Sumariamente, o sociólogo defende que o tecido social não se traduz

---

<sup>3</sup> As siglas que seguem aos excertos correspondem aos seguintes itens do arquivo: CRN-3 = Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região SP/MS; VEJA = Revista Veja; EP = El País Brasil. G1 = Jornal G1; APUB = Agência Pública; AAAS = Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; FSP = Folha de S. Paulo; FORUM = Revista Fórum; GLOBO = Jornal O Globo.

simplesmente em uma relação dos indivíduos com a sociedade, mas que ela é repartida em microcosmos especificados por práticas e organizações próprias que regem de maneira local as relações sociais (BOURDIEU, 2004 [1997]). Estas “regiões” traduzem os dilemas e leis sociais em leis e disputas próprias, tornando-se mais ou menos relativamente autônomos da sociedade – a depender do poder de tradução dessas questões.

O campo político, por sua vez, é um dos campos mais dependentes da sociedade: analogamente ao religioso, dependerá sempre dos “crentes” ou “eleitores” (em uma democracia) para funcionar, o que o insere no seio das demandas sociais. Dentre as características que o definem, Bourdieu defende que sua especificidade reside nas lutas simbólicas em torno do *nomos*, isto é, sobre a “[...] enunciação e a imposição dos ‘bons’ princípios de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2011 [1999], p. 203). Nesse sentido, o que faz o “campo político” ser *político* é sua articulação em torno da divisão *simbólica* da sociedade e dos valores que significam essa divisão: nas palavras do autor, “se eu disser que a divisão principal é a divisão entre *ricos e pobres*, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre *franceses e estrangeiros*, obterei uma estrutura inteiramente diferente” (BOURDIEU, 2011 [1999], p. 203). O que está em discussão, quando se debate a política, é a eficácia simbólica de uma formação discursiva *sobre as outras* em proveito do estabelecimento de uma divisão social: “a política é uma *luta em prol de ideias*, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as *ideias-força*, ideias que dão força ao funcionar como *força de mobilização*” (BOURDIEU, 2011 [1999], p. 203). O campo político organiza-se, portanto, de maneira a produzir uma cisão social que define os “bons” e os “maus” sujeitos – ricos e pobres, burgueses e proletários, franceses e estrangeiros, “petralhas” e “coxinhas” etc. –, e seu poder nessa sociedade é medido em função do quanto essa divisão é bem-sucedida entre o “credo” político.

Tendo em vista a construção política desse *nomos*, a expectativa seria que as disputas sobre o granulado de Doria acontecessem em termos *ideológicos*, a partir de algum tipo de divisão entre classes da sociedade e sua relação com a alimentação. Em parte, essa discussão ocorreu: não à toa, a vereadora Sâmia Bonfim, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), opositora declarada de Doria Jr. e de seu partido, resgatou a declaração dada pelo atual ex-prefeito de São Paulo, em 2011, em um *reality show* que apresentava:

Hábitos alimentares? Você acha que **gente humilde, pobre, miserável**, lá vai ter hábito alimentar? Você acha que alguém **pobre, humilde, miserável** infelizmente pode ter hábito alimentar? Se ele se alimentar, ele tem que dizer graças a Deus (VEJA, 18/10/2017, grifos meus).

A declaração, mesmo datando de seis anos antes do programa APT e de Dória ocupar a cadeira do executivo, foi reafirmada por ele em 2017: quando questionado sobre o que havia dito, ponderou que não se lembrava do episódio em questão, mas que ainda assim ratificava o que havia dito, justificando a necessidade da farinada: “o **pobre infelizmente não tem** hábito alimentar, o que **ele tem** é fome” (VEJA, 18/10/2017). Em ambas as declarações, o viés ideológico é claro e a divisão de classes, patente. O *nomos* efetua-se pela divisão entre aqueles que *podem escolher o que vão comer* e os que *não podem*, estabelecida a partir do poder aquisitivo – isto é, entre ricos e pobres, termos reiterados na fala de Dória. Não obstante o pesar em admitir a impossibilidade do hábito alimentar dos pobres, marcado pela repetição do advérbio “infelizmente”, subjaz às declarações que aquele que *não tem dinheiro* (que é pobre *e/logo miserável e/logo humilde e/logo faminto*), também *não tem o direito* de escolher o que vai comer.

No entanto, no desenrolar da polêmica, a crítica ao *nomos* performado foi rapidamente posta em segundo plano: mesmo que tenha sido debatido, repercutindo inclusive no simulacro<sup>4</sup> cunhado para o produto (“ração humana/para pobre”), o estatuto do direito de escolha do “pobre” foi posto de lado ante a proporção do debate sobre o *estatuto da legitimidade do granulado enquanto alimento*. Isto é, o que se sucedeu foi uma discussão ampla em que se questionava menos o teor ideológico de servir o granulado às pessoas – sejam elas qual fossem – do que, antes, se este granulado estaria apto para ser servido, dados os parâmetros nutricionais para o consumo humano. É possível que este redirecionamento tenha sido provocado pela nota do CRN-3 transcrita acima, que questionava a política já por critérios oriundos do saber científico. A disputa pelo *nomos*, em certa medida, tornou-se *científica*.

Em última instância, o que pretendo discutir são quais efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos da nota CRN-3 e de seus pares que lhes possibilitaram insurgir-se *contra o poder político a partir do campo*

---

<sup>4</sup> O simulacro é a tentativa de uma formação discursiva de representar seu Outro, mas fadada ao fracasso, tendo em vista que “uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, que ela só pode emprestar-lhe suas próprias palavras” (MAINGUENEAU, 2008, p. 55).



*científico*, isto é, como se constituem *as condições de produção* dessa invasão. Para esse fim, retomo, em primeiro lugar, o pronunciamento de Doria ao lançar o APT.

## 2. O discurso político: as declarações de Doria

Apesar de contrário à expectativa da autonomia relativa dos campos, o debate político-científico sobre o “Allimento para Todos” estava “posto” desde o lançamento do programa<sup>5</sup>, mesmo que só tenha tomado corpo a partir da nota do CRN-3. Na própria transcrição do anúncio de Doria, é possível ver o entrelaçamento dos dois regimes discursivos:

“Aqui você tem alimentos que estariam sendo jogados no lixo e que são reaproveitados com **toda a segurança alimentar**. São **liofilizados** e transformados em um **alimento completo**. Tem **proteína, vitamina e sais minerais**”, disse. O Truco – projeto de checagem de fatos da Agência Pública– analisou a afirmação feita pelo prefeito e **classificou a frase como falsa** (EP, 18/10/2017, grifos meus).

Como propaganda política e para reforçar o *ethos* de político-gestor, Doria anunciou uma política pública que solucionaria dois problemas diferentes: o desperdício e a fome. O que dá *credibilidade* e *sustenta* ambas as políticas públicas é a seguinte construção de concatenação “lógica”: há restos de alimentos que estão sendo desperdiçados, este desperdício vai se tornar alimento, mas não qualquer alimento: um alimento capaz de suprir necessidades biológicas, *seguro* e *completo* (antes de “saboroso” ou de “baixo custo”, por exemplo, qualidades provenientes de discursividades mais próximas à política). Nessa construção, há uma relação *explicativa* em elipse no texto: *seguro porque é liofilizado* (procedimento de conservação de alimentos por desidratação em baixa temperatura) e *completo porque tem proteínas, vitaminas e sais minerais* (nutrientes essenciais para o bom funcionamento do corpo humano). Essa concatenação só é possível, no entanto, porque subjaz às afirmações de Doria: a memória<sup>6</sup> de um discurso

---

<sup>5</sup> A estranheza que essa afirmação pode causar – pela evidência de que uma política alimentícia deva *necessariamente* respaldar-se nas ciências alimentares para mais bem fundamentar-se – é índice do poder de imposição do discurso científico em nossa sociedade. Não obstante, essa distinção que faço não é valorativa; não caberia dizer aqui da justeza desse funcionamento – mesmo que seja uma outra abordagem perfeitamente plausível.

<sup>6</sup> Segundo Jean-Jacques Courtine (2009), “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega, isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (p. 104). Esse “domínio associado” é a memória discursiva respectiva a determinada formação discursiva.

científico que transforma em evidência as predicações de segurança e completude do produto. Em contrapartida, não há, no anúncio, o *nomos* que Doria retoma posteriormente: toda legitimidade (negada ou atestada) do APT foi depositada na construção de uma credibilidade de ordem científica. É o discurso científico que possibilita e cauciona o programa – não o político.

Essa filiação entre credibilidade e ciência é tão forte que a Agência Pública (APUB, 16/10/2017) recorre justamente à evidência produzida pelo discurso científico para desestabilizar a declaração do prefeito: o anúncio é *falso* (no sentido próprio à vontade de verdade) porque não haveria *dados suficientes* para *atestar* a completude e segurança do granulado. As críticas, como a da Agência Pública, foram de um volume intenso, mas de teor bastante repetitivo e abordá-las-ei mais à frente. A essas críticas, no entanto, Doria respondeu:

“[O alimento] foi desenvolvido por cientistas, trabalho de anos, elaborado com enorme cuidado e foi submetido à Prefeitura de São Paulo com todos os respaldos de universidades, cientistas, uma elaboração correta. O alimento utilizado dura anos, o alimento utilizado é o mesmo que os astronautas consomem quando vão em missões espaciais” [...] “É bom, eu experimentei, comi, não tem nenhum problema, tem vários sabores inclusive (G1, 13/10/2017, grifos meus).

Uma vez mais, o discurso político de Doria se sustenta na discursividade científica, agora para reforçar a credibilidade do APT. Na coordenação que inicia o período, há relações de equivalência que constroem essa filiação: em primeiro lugar, porque “desenvolvido por **cientistas**” leva à conclusão exposta em “com enorme **cuidado**”, complementando-se quase de maneira sinonímica; de maneira análoga, “elaboração **correta**” é a paráfrase de “todos os **respaldos de universidades, cientistas**”, forjando outra equivalência entre credibilidade política e ciência (é **correto porque** é científico). Em outros periódicos, aliás, a última parte do período foi reescrita apenas como “submetido à Prefeitura **com todo o respaldo de cientistas**” (VEJA, 13/10/2017), o que me leva a supor que, de alguma maneira, no imaginário social, o respaldo do especialista seria *suficiente* para significar a adequação do projeto político. Esta coordenação expressa no excerto dispõe no mesmo plano ciência e política, mas de forma que a segunda seja tributária da primeira: o discurso científico interveio e se *sobrepôs* ao político. Em suma, o período reconstrói, no fio do discurso, a evidência do discurso científico como fator de credibilidade política, o fiador da sua possibilidade e legitimidade.



No entanto, é importante ressaltar que, pelo menos nos enunciados de Doria, a divisão social estabelecida por ele (VEJA, 18/10/2017) não desaparece por completo. Há na fala do político a memória viva da distinção entre aqueles que *podem* e os que *não podem* (dar-se ao luxo de) cultivar hábitos alimentares: o paladar é figura secundária, sendo apenas um *algo mais* presente no produto, o que o advérbio “inclusive” não deixa escapar (primeiro, é nutritivo; depois, é bom e *até mesmo* [“inclusive”] tem variedade de sabores). Enfim, se a discursividade científica parasita e cauciona aqui o discurso político por meio de pré-construídos ou pela difusão de uma memória discursiva sobre ela, o faz em prol *da distinção*, do *nomos* que fundamenta o discurso político e que ele performa em sua enunciação (o rico e o pobre, o que tem e o que não tem poder de escolha), mesmo que momentaneamente apagado – em outras palavras, a vontade de verdade instaura-se no debate político invadindo-o, mas não o desloca a ponto de mudar de campo. A questão, no caso de Doria, é que a ciência perpassa e possibilita o discurso político, mas em prol do próprio campo político; a ciência só garante a credibilidade do *nomos* que se estabelece. Não é o que ocorre, no entanto, com o posicionamento dos nutricionistas, que discuto em seguida.

### 3. A polêmica com nutricionistas: o funcionamento da vontade de verdade

A enorme quantidade de notícias que seguiu à publicação da nota do CRN-3 tematizou majoritariamente o aspecto alimentício do programa: a maioria dos especialistas convocados a opinar eram da área nutricional, com a exceção de um sociólogo, cuja especialidade, não obstante, é a alimentação. Portanto, apenas com uma vista d’olhos, é possível perceber que o andar da discussão se ditou muito mais pelos especialistas do campo científico do que político, mesmo que esses também tenham sido chamados a depor no “tribunal midiático” – como a secretária de Direitos Humanos da prefeitura, Eloísa Arruda, e o procurador que abriu um processo contra o programa em *virtude de suas brechas científicas*, José Carlos M. Bonilha. Mais detidamente, percebe-se que a discussão não só foi pouco “política”, no sentido específico de Bourdieu, como este foi um aspecto deixado bastante de lado: a validade do programa foi questionada principalmente em relação ao *valor nutricional* do alimento, isto é, se seria possível cumprir a erradicação da fome *apenas* com ele, e porque as autoridades científicas não haviam sido consultadas para elaborá-lo; paralelamente, abordou-se também o que seria “comida de

verdade” (sintagma nominal repetido com certa frequência) e o que significa o ato de comer, temáticas que, estas sim balizaram uma discussão mais propriamente política.

### 3.1. O alimento que não tem características de alimento

Em vez de um inventário das diversas manifestações do questionamento dos atributos nutricionais da farinata, transcrevo abaixo um exemplo que permite explorar suas características, mas sem perder de vista a totalidade dos enunciados:

*Mas* o conselho que representa os nutricionistas em São Paulo não concorda e defende as refeições tradicionais. **Acha que é um retrocesso.** “A farinata **não teve suas informações de composição nutricional e nem sua ficha técnica divulgadas.** Então, **nós não temos condições de avaliar em relação ao valor nutricional.** O conselho entende que a farinata não pode substituir um alimento porque **ele também não tem características de alimento**”, disse a conselheira do Conselho Regional de Nutricionistas Vivian Zollar (G1, 19/10/2017, grifos meus).

Na estrutura textual, a conjunção adversativa que inicia o período e introduz a palavra de especialistas – encadeada à explicação de Doria e seus aliados sobre o APT e a farinata – privilegia *a ciência em detrimento da política*. A crítica científica é introduzida para reorganizar a polêmica sobre o APT, quebrando o pressuposto construído pela descrição do produto e de suas supostas qualidades. Aqui, o discurso científico vê-se autorizado a *questionar* o discurso político por não ter o respaldo da verdade: se a declaração de Vivian Zollar inicia-se marcando a discordância com o projeto e considerando-o um retrocesso, o faz em vista da ausência de suas “informações de composição nutricional” – o que impediria sua *verificação* –, e da presença de “características de alimento”, que também seriam definidas dentro do campo científico. Esse mesmo questionamento foi expresso, por exemplo, pela nutricionista Vânia Barberan, que não considera o “alimento” completo pois “não é possível classificar um alimento dessa maneira **sem saber detalhes sobre a sua composição nutricional**” e justificou: “**a gente** tem que pensar antes no que é uma **dieta completa** para **poder classificar** um alimento como completo” (APUB, 16/10/2017).

Há outro funcionamento curioso em ambas as declarações: *a priori*, estaria “em aberto” quem exatamente é o sujeito que *pensa* e *decide* sobre o alimento. Há, em ambas as falas, um sujeito (gramatical) *elusivo*, que se define por sua pluralidade e que marca o poder do discurso científico. Zollar, por

exemplo, refere-se a um “nós” cuja referência não está clara; não há, em seu texto, a definição *explícita* de quem é esse “nós” que deveria ter “condições de avaliar” o alimento: é possível que seja o público em geral; o “conselho”, termo que vem logo em seguida; ou, mais possivelmente, o próprio campo científico, aqui representado pelos seus especialistas. O mesmo ocorre na declaração de Barberan: a referência da locução pronominal (“a gente”), que “*deveria pensar no que constitui uma dieta completa*” não é elucidada. Ou ainda, não há marcas evidentes de quem é o sujeito que se retoma na marcação desinencial em “consideramos” e que constitui a “idealidade” da dieta. Esta “generalização” da referência do sujeito recobre a pressuposição do discurso científico: é no campo da ciência que se “*pensa*” sobre a dieta ideal e completa, bem como é nela que se *avaliam* os valores nutricionais. Este “sujeito científico” expressa-se de maneira “evidente”, sem necessidade de explicações ou justificativas.

Nessa suposta indefinição, parece-me sintomático, portanto, que a primeira nutricionista, Zollar, tenha recorrido (ou o periódico por ela, nesse caso pouco importa) ao termo “retrocesso” como predicação do programa, uma palavra marcada pelo sentido político que carrega: a ciência está invadindo o campo político na tentativa de *ditar* seu funcionamento. Não é mais o caso do discurso político que ainda se mantém no campo político quando recorre à ciência para legitimar suas proposições (como no caso de Doria). É o discurso científico que desloca o político, fazendo-o funcionar no limiar entre os dois campos. Uma hipótese é que estejamos diante do que Foucault (2011 [1975]) chamou de “*intelectual específico*”: o sujeito que, dentro da dinâmica da Verdade/Poder, vê-se obrigado a assumir responsabilidades políticas *a partir* de sua posição de especialista.

Há algumas construções no discurso das nutricionistas, por exemplo, que só se explicam a partir dessa posição de alguém que intervém na política a partir de uma posição de saber. Nas coordenações aditivas abaixo, por exemplo, convivem a discursividade científica e política em aparente harmonia:

- (a) o projeto não leva em consideração o ***hábito alimentar e o prazer*** em comer um alimento (OD, 19/10/2017)
- (b) Deve atender aos princípios da ***variedade, equilíbrio, moderação e prazer*** (sabor), às ***dimensões de gênero e etnia***, e às ***formas de produção ambientalmente sustentáveis*** (AAAS, 26/10/2017, grifos meus).

Esses enunciados só são possíveis se supusermos a legitimidade do discurso científico em impor-se aos outros campos, por exemplo, como “fator de credibilidade”. É assim que “hábito alimentar” e “prazer”, em (a), tornam-se critérios relevantes ou mesmo obrigatórios para um bom projeto de política alimentar. A dimensão dessa coexistência fica mais nítida nas coordenações, em (b), na qual valores socioculturais (“dimensões de gênero e etnia”, “prazer”), político-administrativos (“formas de produção ambientalmente sustentáveis”) e científicos (“variedade, equilíbrio, moderação”) convivem indistintamente – validados pelo *discurso do intelectual específico* e que *ditam* (ou *deveriam ditar*) o discurso e a prática política.

É essa posição de intelectual que permitiu às nutricionistas, representadas aqui nas declarações de V. Zollar e V. Barberan, supor a coletividade científica que *deve pensar a política e investir-se nela*. O poder do discurso científico e a legitimidade de que goza, portanto, não são apenas questões de *efeito*, mas regulam a própria produção do discurso. O “paradoxo” do discurso científico, entre a vontade de verdade e a demanda social, é, antes de tudo, que ele é um poder que *faz dizer*: por um lado, *porque* se crê na ciência; por outro, para que essa crença *se exerça*.

### 3.2. A “comida de verdade” e a “ração para pobres”

Até aqui, acredito que já tenha demonstrado casos suficientes para exemplificar e confirmar a tese de Foucault. No entanto, não poderia deixar de fora uma última faceta do desenrolar da polêmica sobre o APT. Anteriormente, observei e descrevi como o discurso científico adentrou o debate político deslegitimando-o, é verdade, mas ainda dentro de suas próprias afirmações: primeiro, os especialistas que questionavam o uso político do discurso científico; depois, como o reorganizaram reposicionando-o *conjuntamente* aos seus termos. Esse último aspecto, no entanto, abriu a disputa em um quesito muito mais “essencial”: a condição do *allimento* como *comida* – não segura ou completa, mas como *comida de verdade*. Essa distinção – entre comida boa e ruim – não é do âmbito da evidência ou da naturalidade, mas produzida no seio social. Empossados como intelectuais específicos, os especialistas deslocaram o debate de “quem deve ou não ingerir a farinata” para sua desqualificação total enquanto alimento a partir de seus próprios termos. É isto que faz a nutricionista Mariana Garcia, quando recusa qualquer forma de distribuição do *allimento*:

Em **nenhum tipo** de apresentação ele seria ideal. Trata-se de um alimento ultraprocessado, quando a proposta deveria ser fornecer todos os nutrientes necessários apenas com **comida de verdade** [...]. Hoje o que a gente tem como orientação é que o **alimento seja o mais próximo possível de como ele é encontrado na natureza** (APUB, 16/10/2017, grifos meus).

A priori, quando o debate tematizava os valores nutricionais do produto, pressupunha-se que o *alimento* poderia ainda ser distribuído, em alguma conformidade com o *nomos* de Doria, desde que garantidos os valores nutricionais. Nesse trecho “exemplar”, no entanto, Garcia recusa qualquer apresentação do alimento, estabelecendo outra divisão que não mais pressupõe sua distribuição: de um lado, o *produto ultraprocessado*; de outro, a *comida de verdade*. O discurso científico não apenas ocupa o “palanque” político no debate social, mas é apenas por meio dele que critérios “políticos” entram em cena – mas do outro lado da disputa. Outros critérios, antes alheios ao debate, entram em cena para redefinir o político, por exemplo, da comida como um direito e como um bem cultural. Quando se define “comida de verdade”, a discursividade científica autoriza-se a retomar valores socioculturais e agrupá-los aos seus critérios “científicos”, embrenhando-se neles, o que inclusive os torna difícil de isolar:

Para a nutricionista Natália Soares, **o cidadão tem o direito de se alimentar com comida na sua “forma natural”**. “Acho que está sendo feito um produto para suprir uma necessidade que não sabemos se de fato está sendo suprida e **esquecendo o direito do cidadão de ter uma alimentação da forma natural através de frutas, legumes e verduras**”, afirma (G1, 13/10/2017, grifos meus).

No primeiro período da declaração de Natália Soares, por exemplo, a cidadania (“o cidadão tem o direito / o direito do cidadão”) define-se, entre outras coisas, pela sua alimentação (“comida na sua ‘forma natural’ / através de frutas, legumes e verduras”). Já não é possível separar tão claramente o que é registro ideológico e o que é científico, uma vez que cidadania e ciência são “equiparados”, definindo-se pela sua correlação. Esse efeito de embrenhamento torna-se mais vigoroso em outras falas, muito em conta da correlação entre alimentação e cultura estabelecida pelas nutricionistas. O discurso científico passa a agregar, em sua materialidade, elementos do discurso político que, no entanto, só se justificam por meio dele. A posição do intelectual específico reorganiza a polêmica e faz retroceder o discurso político ao colocar em cheque um de seus pressupostos: que o *alimento* seria comida; descarta-se o discurso político de Doria e comida “de verdade”

assume um novo patamar: não apenas a comida *natural* e *cultural*, mas também a comida *do discurso da verdade*.

Como simulacro, essa distinção entre comida ruim e comida “de verdade” já havia aparecido, mas fora do discurso científico. Muitas das críticas que antecederam a nota do CRN-3 “apelidaram” a farinata de “ração para pobre”, o que não passou indiferentemente pelos veículos de comunicação. A constituição desse simulacro, que condensa a coexistência do discurso científico e político, só se explica por meio da memória discursiva que ele resgata: a locução adjetiva “para pobre”, por exemplo, alude ao *nomos* que Doria, com efeito, busca performar; o substantivo “ração”, por sua vez, remonta, mesmo que por um fio tênue de memória, a algo próximo ao discurso científico, propriamente nutricional, como as composições de rações como divisão da alimentação. No entanto, essa associação não tem nada de positiva: paradoxalmente, o discurso científico é retomado como *distanciamento* do que seria *comida*, e o político, portanto, é significado por essa recusa. Não obstante, com a aparição dos especialistas, este simulacro foi integrado ao discurso científico ou retomado por ele. Vejamos exemplos:

- (c) O nutricionista Daniel Bandoni, pesquisador da Unifesp, comparou o produto a uma **“ração” sem sabor**. “Isso descontextualiza totalmente o caráter do que comer. Comer é um ato que vai além de suprir nutrientes” (G1, 13/10/2017)
- (d) “Conselho Regional de Nutricionistas **se posiciona contra ‘ração humana’** de Doria” (FORUM, 13/10/2017)
- (e) A ideia foi **duramente criticada por especialistas** em nutrição e nas redes sociais, onde **foi chamada de “ração humana”** e “granulado” (VEJA, 18/10/2017)
- (f) O produto logo seria **depreciado como “ração” por adversários do prefeito, assim como por nutricionistas e celebridades “gourmet”** (FSP, 21/10/2017, grifos meus).

O primeiro trecho – em (c) –, mesmo que em discurso indireto, apresenta indícios de que os especialistas aderiram, até certo ponto, ao simulacro “popular” da farinata. Há, no entanto, uma perda significativa: “para pobre” é substituída por uma ausência (apenas “ração”) ou, na melhor das hipóteses, por “sem sabor”, desligando-se em certa medida da disputa pelo *nomos* político. No entanto, a recusa do *allimento* se mantém, tendo em vista que “ração” é parafraseado como “suprir nutrientes”, algo considerado insuficiente para ser definido como comida. Para além da fala do nutricionista,



o interessante é que o simulacro sofre o mesmo processo que o *allimento* quando é integrado ao discurso científico: ele vai perdendo a relação com a divisão social. A “ração para pobre”, que se torna “ração (sem sabor)” no discurso científico, retorna ao debate público por uma terceira transformação: “ração humana”.

Há um paralelo notável entre o processo de modificação do simulacro e os diferentes modos de intrusão do discurso científico no debate político: primeiro, a pauta “popular”, de cunho sociopolítico (“ração para pobre”); seguido pelo aparecimento da pauta científica, em outros termos (“não é um alimento completo”); o “casamento” entre o discurso científico e o discurso sociopolítico (“comida de verdade” e “ração”); e, enfim, a reconfiguração da polêmica (“ração humana”). No fim, a mesma distinção que definia a “comida de verdade” e a separava do *allimento* – suas qualidades culturais, para além de seu valor puramente nutricional – retorna uma vez mais no simulacro quando “ração” e “humana” formam um par indesejável e, em partes, incompatível.

### Considerações Finais

A proposta desse trabalho foi “testar” a tese de Foucault de que a *vontade de verdade* estaria investida de tamanho poder, em nossa sociedade, que caminharia atravessando outros discursos e invadindo outros campos que, a princípio, funcionariam alheios a ela, a partir de outras regras de dispersão e regularidade. Assim o fiz a respeito do campo político, mais precisamente acerca da polêmica sobre o programa “Allimento para Todos”. O que pude observar, e espero que o leitor também, é que o discurso científico teve um papel *fundamental* no debate sobre o APT, seja porque esteve presente desde seu lançamento, seja porque reconfigurou completamente o debate quando sua presença se intensificou.

O Poder, define Foucault (2015 [1977], p. 45), “não pesa só como uma força que diz não”, mas *produz discurso*: é preciso considerá-lo como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2015 [1977], p. 45). Portanto, o poder de uma formação discursiva – como a da verdade, por exemplo – manifesta-se não apenas pela regularidade de sua aparição “controlada”, em seu próprio campo, mas, antes, como um sistema regulado de *dispersão* de enunciados, como o enunciado que aparece *onde não deveria*

(FOUCAULT, 2002 [1969]). Antes de medir sua força pela produção *in loco* das formações discursivas, é preciso observá-la lá no lugar onde elas surpreendem com sua aparição, precisamente porque precisaram *infiltrar-se* para poderem emergir.

É isso que pude constatar: desde o início, no anúncio e defesa de Doria, o discurso científico apareceu como o grande fiador da farinata como política pública. Havia, é verdade, outra pauta em questão (o desperdício) e outros propósitos (o *nomos*); no entanto, o que “apareceu” – no sentido foucaultiano – como legitimador da Lei e do programa em questão foi sua caução científica. Mesmo que Doria estivesse uma vez mais reafirmando a sua divisão entre aqueles que *podem* e que *não podem* em “sua” cidade, a partir de critérios econômicos e ideológicos, e mesmo que destinado a “solucionar” o problema ambiental do desperdício de alimentos, apenas os critérios nutricionais do alimento – “seguro (*porque liofilizado*) e completo (*porque nutritivo*)” – sustentavam a credibilidade de prática e discurso político.

Por outro lado, o próprio levante das associações e dos especialistas em nutrição contra o APT já são indícios da tese foucaultiana. Em tese, nada ou pouca coisa motivaria “agentes” do campo científico a posicionarem-se frente a pautas políticas. No entanto, não apenas “levantaram-se” contra Doria e o APT como reorganizaram *todo a polêmica* a partir de suas pautas: primeiro, deslocando o debate para os limiares do campo político e do científico, quando desqualificaram o programa por estar desajustado aos critérios científicos, suspendendo a *fiacção* científica do discurso de Doria; segundo, por reposicionarem o funcionamento do que deveriam ser as políticas públicas de alimentação, ditando quais deveriam ser os seus principais fundamentos; finalmente, por questionarem os *princípios* do discurso político, ao negarem o pressuposto de que o alimento seria comida, ao mesmo tempo que *comida* (de verdade) só poderia ser definida *pelo discurso científico*. Fatos que sugerem que estes agentes entendem a *política* que fora proposta como *regulada* pelo discurso científico, e, conseqüentemente, que o debate seria de sua alçada.

É possível percebermos a força do discurso científico, enfim, não (apenas) porque o Doria Jr. acabou desistindo do programa em virtude da polêmica levantada<sup>7</sup>, mas justamente porque essa polêmica *política* progrediu

---

<sup>7</sup> Uma declaração exemplar: “Há 15 dias decretamos claramente que não usaremos mais a farinata. Pelo **efeito da polêmica** em torno dela, entendemos que não seria adequado insistir nesse

*ditada* por termos *científicos* e completamente dependente deles. Desde o princípio, ciência e política estavam unidas em uma coordenação na qual o primeiro termo prevaleceu sobre o segundo – configuração que chegou a materializar-se até mesmo nas construções sintáticas dos enunciados. A *vontade de verdade*, neste caso, não apenas se viu empossado para *invadir* e *aparecer* nas veredas do discurso político, como tomou a frente e passou a pautar, em seus termos, os ditames das produções discursivas sobre o programa “Allimento para Todos” no debate público.

### Fontes

ALIMENTO para pobres elogiado por Doria não é completo em nutrientes. Agência Pública. 16 out. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/10/truco-alimento-para-pobres-elogiado-por-doria-nao-e-completo-em-nutrientes/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CONSELHO Regional de Nutricionistas se posiciona contra ‘ração humana’ de Doria. Forum. 13 out. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/10/13/conselho-regional-de-nutricionistas-se-posiciona-contra-racao-humana-de-doria/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

EM ‘O Aprendiz’, Doria falou sobre ‘hábito alimentar de pobre’. Revista Veja. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/em-o-aprendiz-doria-fala-sobre-habito-alimentar-de-pobre/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FARINHA pouca. Folha de S. Paulo. 21 out. 2017. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2017/10/1928962-farinha-pouca.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MINISTÉRIO Público vai verificar valor nutricional da ‘farinata’ de Doria. O Dia. 19 out. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-10-19/ministerio-publico-vai-verificar-valor-nutricional-da-farinata-de-doria.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

NEM completo nem nutritivo: especialistas rejeitam comida para pobres de Doria. El País Brasil. 18 out. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/17/politica/1508254041\\_670429.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_BR\\_CM](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/17/politica/1508254041_670429.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

NOTA pública sobre as políticas (nacional, estadual e municipal) de erradicação da fome e promoção da função social dos alimentos. Disponível em: <<http://alimentacaosaudavel.Org.br/nota-publica-sobre-as-politicas-nacional-estadual->

---

programa **apesar** de todo o apoio e de toda a recomendação da cúria metropolitana de São Paulo” (GLOBO, 16/11/2017).

e-municipal-de-erradicacao-da-fome-e-promocao-da-funcao-social-dos-alimentos/>.  
Acesso em: 24 nov. 2017.

PREFEITURA de São Paulo adia inclusão da farinata na merenda escolar. G1. 19 out. 2017. Polêmica gira em torno de processo industrial que transforma em pó ou em grãos Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/prefeitura-de-sao-paulo-adia-inclusao-da-farinata-na-merenda-escolar.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PRODUTO granulado de Doria fere Direito Humano à Alimentação Adequada, diz Conselho Regional de Nutrição. G1. São Paulo, 13 out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/produto-granulado-de-doria-fere-direito-humano-a-alimentacao-adequada-diz-conselho-regional-de-nutricao.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PROGRAMA “Alimento para Todos” da Prefeitura do município de São Paulo. Comunicação do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região. 11. Out. 2017. Disponível em: <<http://www.crn3.Org.br/Comunicacao/NoticiaPagina?id=80156>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

UM mês após defender farinata, Doria desiste do programa e culpa polêmica. 16 Nov. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-mes-apos-defender-farinata-doria-desiste-de-programa-culpa-polemica-22074618#ixzz5AQ6poCY2>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

## Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. Trad. André Villalobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, n. 1, p.193-216, jul. 2011 [1999].

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004 [1997].

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Superv. trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 2002 [1969].

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2016 [1970].

\_\_\_\_\_. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1977]. p. 35-54.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete Petrópolis: Vozes, 1987 [1975].

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, Sírio; CESTARI, Mariana Jafet. Dieta da sexualidade: sexo e verdade. In: Possenti, Sírio; BENITES, Sônia (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: materialidades diversas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p.151-171.

Forma de citação sugerida:

---

FIGUEIRA, Filipo Pires. Poder e verdade na polêmica sobre o programa “Allimento para todos”. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 15, p. 102-120, jan./jun.2018.

*Recebido em: 31/03/2018*

*Aprovado em: 16/06/2018*